

Apresentação

Este número da revista é monográfico, dedicado à jovem disciplina Ecolinguística, geralmente definida como estudo das relações entre língua e meio ambiente. Apesar de ter entrado no Brasil há apenas uns oito anos, ela já está presente em várias universidades do país, sobretudo no eixo Brasília-Goiânia, a cujas atividades tem sido dado o nome de Escola Ecolinguística de Brasília. Ela está presente também em diversos *campi* da Universidade Estadual de Goiás. Tudo isso e muito mais justificam o fato de estarmos dedicando este número de nossa revista a ela. A região Centro-Oeste tem sido pioneira neste tipo de estudo. Hoje em dia já existem mais de uma dezena de livros, muitos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado de cunho ecolinguístico, para não falar de trabalhos de TCC e outros. As Referências bibliográficas dos diversos artigos são um testemunho disso. Não é necessário expor detalhes da Ecolinguística aqui porque ela está bem discutida nos diversos artigos.

Os ensaios aqui que compõem o presente número de *Via Litterae* se distribuem por duas áreas da Ecolinguística. A primeira é dedicada à linguística ecossistêmica em geral, nome da variante da disciplina praticada no Brasil. O artigo de Hildo Couto expõe as suas bases teóricas em relativo detalhe. Além de uma apresentação geral, ele tenta justificar porque ela se chama "linguística ecossistêmica". O de Genis Schmaltz Neto mostra que o conhecido nó borromeano é um bom argumento para justificar o fato de que os três componentes do tripé ecossistêmico, ou seja, população (P), território (T) e língua (L) estão interligados de modo inextricável. Exatamente como o ecossistema integral da língua composto de P-T-L. Como no nó de Borromeu, tirando-se um componente, o todo se desmantela. Os demais textos da seção são aplicações da teoria. O de Ema Dunck-Cintra é dedicado à difícil situação do povo chiquitano, sua língua e cultura, sofrendo a pressão da sociedade envolvente. O artigo de Maria Célia Castro é dedicado à questão da toponímia, no caso da região de Balsas (MA). Ela procura interpretar os nomes de lugar no contexto da Ecolinguística. O de Kênia Siqueira também discute questões toponímicas, mostrando na prática o que Schmaltz Neto argumentou teoricamente. Maria de Lurdes Nazário trata da luta dos habitantes da localidade chamada Carretão (GO), chamados de tapuias, em prol da própria comunidade. A despeito do nome, eles não são inteiramente indígenas, de modo que estão tentando se firmar como uma comunidade de fala de ascendência ameríndia. Em

seguida, vem o texto "Ecosistema social de la lengua: Perspectiva ecológica del portugués brasileño", dos autores argentinos Luis Alejandro Ballesteros, Claudia Ruarte Bravo & Susana María del Carmen Caribaux, da Universidad de Córdoba, Argentina. Basicamente, eles aplicam os mesmos princípios ecolinguísticos seguidos pelos demais autores à situação do português brasileiro.

O artigo de Zilda Pinheiro Dourado inicia a segunda área por que se distribuem os textos aqui presentes. Mais especificamente, ela tenta dar uma interpretação linguístico-ecossistêmica à prática de capoeira angola de um grupo de Goiânia. Mostra que a interação entre os participantes faz uso da linguagem cinésica, da proxêmica, da verbal e da musical. É uma comunicação total. Elza Kioko do Couto revisita a análise do discurso ecológica (ADE), retomando os principais conceitos e atualizando-os. Davi Borges de Albuquerque e Samuel de Sousa Filho atacam a espinhosa questão da metodologia na ecolinguística, concordando no básico, que é o fato de ela ser multimetodológica. Por fim Lorena Araújo Borges estuda a prática em uma escola de vanguarda de São Paulo. Ela mostra que uma matéria da revista *SuperInteressante* sobre o assunto desdenha a diversidade, que aliaria métodos tradicionais e de vanguarda, numa atitude conservadora. Tudo isso a partir do arcabouço teórico da análise do discurso ecológica.

E. K.